

Povo brasileiro vai às ruas e manda recado ao Congresso ➔ **BASTA!**

Manifestações dizem não à PEC da Bandidagem, à PEC da Anistia e a todos os prejuízos que o Congresso Nacional tem causado ao Brasil e aos brasileiros.

Em São Luís (fotos), o ato aconteceu no Largo do Carmo com grande participação: momento histórico.

Página 2



‘Nova’ Reforma Administrativa é a próxima batalha: Serviços e Servidores públicos são alvos



Sindicato se movimenta, elabora Carta aos Parlamentares se posicionando contra a Reforma e reúne com o deputado federal Márcio Jerry.

Página 3

INFORME JURÍDICO



Págs. 8 / 9 / 10

- ✓ **Assédio Jurídico: cuidado!**
- ✓ **Comunicado sobre GDASS INSS**
- ✓ **Atualizações sobre PCCS MS e INSS**

Visita do Dr. Zanella ao Sintsprev



Audiência discute revogação da Reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações

Página 4

Editorial | **Página 2**

SOBERANIA NACIONAL É INEGOCIÁVEL



Congresso aprova PEC do Calote dos Precatórios

Página 7

Mesa Setorial do INSS tem pequenos avanços

Página 3

Congresso reconduz dirigente do SintsprevMa à Presidência da CNTSS/CUT

Saiba mais sobre o 9º Congresso da nossa Confederação nas páginas 5 e 6, que traz também entrevista com Júlia Reis.



Página 3

CUT MARANHÃO REALIZA PLENÁRIA ESTADUAL

Editorial

SOBERANIA NACIONAL É INEGOCIÁVEL

O presidente dos EUA impôs aumento abusivo de alíquotas de importação aos produtos brasileiros em 50%. A medida, apelidada de Tarifaço, atingiu ainda diversos países com claro objetivo de punição contra todos que possam ameaçar a hegemonia norte-americana na reorganização geopolítica e econômica em curso no mundo.

Os EUA justificaram com um argumento econômico que não se sustenta, alegando que havia um desequilíbrio na balança comercial que prejudicava o país, mas todos sabem que os EUA vendem mais ao Brasil do que compram de nós. Mas na verdade Trump ameaçou o Brasil visando claramente interferir no julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe em 8 de janeiro.

Não adiantou. Bolsonaro e seus comparas foram julgados como réus em ação penal por tentativa de abolição violenta do Estado de Direito, tiveram amplo direito de defesa, todas as garantias derivadas da ordem constitucional, e foram condenados de forma justa.

Na essência, as ações do Governo Trump são um ataque frontal à soberania nacional, que não pode ser tolerado por nenhum cidadão ou cidadã brasileira, especialmente por nós, servidores e servidoras públicos.

Segundo o jurista Celso Ribeiro Bastos, **“a soberania, como fundamento do Estado brasileiro, significa que, dentro do nosso território, não se admitirá força outra que não a dos poderes juridicamente constituídos, não podendo qualquer agente estranho à Nação intervir nos seus negócios.”**

O Governo Brasileiro, assim como o Supremo Tribunal Federal, se mostraram firmes na defesa da Soberania Nacional e tem cumprido seu papel constitucional de forma positiva, com bons resultados.

Mas como bem disse Márcio Aguiar, procurador municipal e militante do Movimento Brasil Popular, em artigo publicado em *Brasil de Fato*, **“o Brasil ainda precisa constituir e fortalecer um projeto de desenvolvimento que diversifique sua matriz produtiva, elabore uma política industrial consistente, invista em Ciência e Tecnologia cada vez mais, fortalecendo o mercado interno. É hora de reafirmar nossa soberania construindo um modelo de desenvolvimento centrado em nosso povo e na classe trabalhadora - os verdadeiros detentores do poder soberano que dá vida à República.”**



PEC da Bandidagem

Eles disseram ‘Sim’ mas o povo disse ‘Não’

A PEC da Blindagem, que amplia a proteção de parlamentares contra investigações e processos criminais e civis, foi aprovada na Câmara dos Deputados. O texto determina que o Congresso precisa dar sinal verde para que parlamentares respondam a processos criminais. A PEC modifica o artigo 53 da Constituição, que trata das garantias e prerrogativas dos congressistas.

A aprovação causou indignação e revolta na população que foi às ruas em todo o Brasil no último Domingo. Resultado: tem deputado dizendo que está arrependido do voto e a maioria dos senadores já se posicionou contra a PEC. Parece que o povo barrou esse absurdo.

LEMBRE: 2026 TEM ELEIÇÃO...
Você está acompanhando a atuação dos parlamentares maranhenses?
Fique de olho neles!

DEPUTADAS E DEPUTADOS DO MARANHÃO VOTARAM NA PEC DA BANDIDAGEM



Allan Garces
(PP)



Aluisio Mendes
(Republicanos)



Amanda Gentil
(PP)



Cleber Verde
(MDB)



Detinha
(PL)



Fabio Macedo
(Podemos)



Hildo Rocha
(MDB)



Josimar
Maranhãozinho
(PL)



Josivaldo JP
(PSD)



Junior Lourenço
(PL)



Juscelino Filho
(União Brasil)



Márcio Hanaíser
(PDT)



Marreca Filho
(PRD)



Pastor Gil
(PL)



Pedro Lucas
Fernandes
(União Brasil)

Fonte: @PSOL Maranhão

Mesa Setorial do INSS

Tivemos alguns avanços, mas ainda queremos mais celeridade nas respostas às nossas pautas

A última rodada de trabalho da Mesa Setorial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi realizada em Agosto, quando a CNTSS/CUT defendeu as demandas dos servidores do Instituto e cobrou resposta para as pendências já apresentadas, como a compensação da greve.

Os técnicos do INSS apresentaram números sobre a adesão e a compensação dos dias parados e as lideranças da Confederação insistiram que a compensação fosse feita de forma coletiva por todos os servidores. A CNTSS também defendeu a prorrogação do prazo para o pagamento da greve. Os representantes do INSS concordaram e informaram que avaliarão um novo prazo e a forma de compensação.

Ainda nesse ponto, os dirigentes sindicais pautaram a defesa dos trabalhadores do Serviço Social e da Reabilitação Profissional, solicitando ampliação das tarefas atribuídas a esses profissionais para fins de compensação, uma vez que o serviço de avaliação social é apenas uma das muitas atividades desempenhadas por esses servidores.

As lideranças também defenderam que o trabalho excedente dos servidores que não aderiram ao Programa de Gestão de Desempenho (PGD) fosse computado para fins de compensação da greve. Os representantes do INSS concordaram com a sugestão e avaliarão a possibilidade, a partir de estudo de caso. A Confederação reiterou ainda seu posicionamento pela reformulação do Programa e o Instituto se comprometeu a estudar alterações no PGD com participação dos trabalhadores até o final deste ano.

Quanto à questão do decreto que trata das atribuições dos cargos da carreira do Seguro Social, os

representantes do governo informaram que as propostas apresentadas no Grupo de Trabalho estão sendo avaliadas e que retornarão para discussão na Mesa Setorial antes da publicação.

Sobre a demanda dos servidores relacionada ao abatimento de metas, a Confederação defendeu que seja incluído também quem faz jornada de 6h + 1.22 pts, bem como que seja considerado o abatimento do terceiro decêndio para o mês subsequente.

A CNTSS, mais uma vez, cobrou cuidados com a saúde dos servidores, através de ações concretas e os representantes do INSS informaram que há um programa com esse objetivo e que há interesse de que esse trabalho conte com a participação das entidades representativas dos servidores.

A Confederação reiterou seu posicionamento contra as terceirizações seja na área-meio ou na área-fim. E novamente defendeu que sejam realizados concursos públicos para a contratação de servidores de carreira, de modo a possibilitar o retorno do atendimento presencial à população.

Os dirigentes sindicais presentes avaliaram a reunião da Mesa Setorial como positiva, com avanços especialmente no que se refere à compensação da greve e à reativação dos Comitês de Processos de Trabalho e de Serviços Previdenciários, mas destacam que é necessário cobrar maior celeridade por parte do INSS no atendimento das demandas dos servidores.

O próximo encontro da Mesa Setorial ficou marcado para 4 de outubro.

PLENÁRIA ESTADUAL DA CUT

Discutindo os novos tempos e os novos desafios

A CUT Maranhão realizou nos dias 28, 29 e 30 de agosto sua 17ª Plenária Estadual, em São Luís. A Plenária discutiu a organização da luta da classe trabalhadora no Estado frente aos novos desafios e reuniu dirigentes sindicais de diversas categorias.

Outro objetivo da Plenária Estadual é eleger delegados à Plenária Nacional da CUT, que acontece de 14 a 17 de outubro, com o tema “Novos Tempos, Novos Desafios”, reunindo dirigentes sindicais de todo o Brasil para organizar a estratégia da Central diante do atual contexto de luta da classe trabalhadora. Representarão nossa categoria na Plenária Nacional as dirigentes Maria Júlia Reis Nogueira (titular e delegada nata) e Lucy Mary Martins (suplente).

A Plenária da CUT no Maranhão levou o nome de Pedro Albino Aires, dirigente sindical falecido este ano, que foi Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pedro do Rosário (Sintaspmp), onde atuava como diretor jurídico na atual gestão.



‘NOVA’ REFORMA ADMINISTRATIVA

Servidor público é alvo novamente

Tramita mais uma vez no Congresso Nacional a proposta de Reforma Administrativa, que prevê alterar regras da gestão pública e estabelecer critérios mais rígidos para as carreiras do funcionalismo.

É importante que todos e todas estejam muito atentos porque a proposta da tal Reforma Administrativa representa um grave retrocesso para o serviço público brasileiro e atinge não apenas os servidores e servidoras, mas, sobretudo, a população que depende das políticas públicas.

Mais uma vez, a tentativa de “Reforma”, atende a interesses de uma elite que quer desmontar o Estado e apropriar-se de seus recursos impedindo que eles cheguem aos que mais precisam. Para isso, normalizam a retirada de direitos dos servidores, tratando a estabilidade como uma “anomalia”, quando na verdade ela é instrumento fundamental de combate à corrupção e ao clientelismo, garantindo ao servidor proteção para exercer -plenamente e sem medo- os princípios da administração pública, especialmente, Impessoalidade, Moralidade e Publicidade.

O texto do relator Dep. Pedro Paulo (PSD) tem cerca de 70 medidas que vão promover retrocessos como:

- Ataque à estabilidade do servidor público, abrindo espaço para perseguições políticas, aparelhamento do Estado, dentre outros males;
- Ampliação dos contratos temporários e terceirizações, precarizando o serviço público e eliminando a continuidade e qualidade do atendimento à população;
- Desvinculação dos recursos de áreas essenciais como saúde, educação e previdência, promovendo cortes orçamentários que penalizam a maioria da população, sobretudo os mais vulneráveis;
- Blindagem de privilégios de parlamentares e militares, desviando o foco apenas para os supersalários do Judiciário;

- Manutenção do sistema de emendas bilionárias, que transforma orçamento público em moeda de troca política, sem transparência e sem qualquer controle.

Essas mudanças não visam melhorar a eficiência do serviço público, mas sim fragilizar o papel do Estado como garantidor de direitos fundamentais. Ao contrário do que se propaga, a proposta não combate privilégios, mas sacrifica servidores que estão na ponta do atendimento à população, portanto consequentemente também atinge negativamente o povo brasileiro.

Em Carta aos Parlamentares, as entidades sindicais reivindicam o fim do uso político da máquina legislativa para proteger os privilégios de poucos enquanto sacrifica os direitos da maioria do funcionalismo, afirmando que não é admissível que as “reformas” propostas pelo Legislativo só penalizem trabalhadores e sociedade, diminuindo o papel do Estado no combate às desigualdades sociais e na proteção aos direitos cidadãos.

A mesma carta defende que o caminho para melhorar a gestão pública, fazendo com que a máquina estatal cumpra o seu papel é:

- ✓ A valorização do serviço público, com concursos públicos transparentes e a manutenção da estabilidade como instrumento de proteção da sociedade;
- ✓ Investimento público em saúde e educação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Saúde;
- ✓ Uma administração pública democrática, profissional e voltada para o interesse coletivo.

SINTSPREV EM MOVIMENTO PARA COMBATER REFORMA ADMINISTRATIVA

O Sintsprev-Ma acompanha, participa e apoia todas as iniciativas conjuntas para derrotar a proposta de (nova) reforma administrativa e já iniciou uma série de iniciativas próprias e locais para fortalecer a luta nacional.

Elaborou Carta aos Parlamentares Maranhenses expressando sua oposição a tal Reforma e pedindo apoio dos parlamentares na defesa dos direitos dos servidores e da população em geral. Da mesma forma, tem buscado contato com esses parlamentares.

Nesse contexto, a diretoria do Sintsprev reuniu com o deputado federal maranhense Márcio Jerry (PCdoB), que visitou nossa sede para um diálogo com os dirigentes sindicais.

Na ocasião, O deputado Márcio Jerry explicou como se dá todo o processo de tramitação da reforma na Câmara e fez sugestões para fortalecer nossa luta como: a elaboração de um documento conjunto das entidades sindicais dos servidores públicos que servisse de base para o diálogo com todos os senadores e deputados federais do Maranhão, lembrando que é importante que as entidades destaquem pontos da reforma que são inegociáveis para os servidores. O deputado se solidarizou com nossa luta e se colocou como um aliado dos trabalhadores.



Audiência discute revogação da Reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações



Em agosto, Sindicalistas debateram revogação da reforma trabalhista e Lei das Terceirizações em Audiência Pública na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Na ocasião, os dirigentes sindicais de várias categorias entregaram uma Carta-Manifesto aos parlamentares propondo mudanças na legislação para reverter os males causados pela Reforma Trabalhista.

O documento denuncia que, com a Reforma Trabalhista, direitos trabalhistas foram cortados, salários diminuíram, aposentadorias e pensões ficaram mais difíceis e a precarização do trabalho aumentou muito, sendo que os efeitos “positivos” alegados quando da aprovação da Reforma, como aumento das vagas de emprego, nunca chegaram pro país, pra classe trabalhadora e pra sociedade.

As entidades sindicais que representam os jornalistas, por exemplo, afirmaram que só na sua área de atuação, o mercado formal diminuiu em 18% nos últimos dez anos. Os dirigentes sindicais, de maneira unânime, apontaram para um cenário de precarização das relações de trabalho, desregulamentação dos contratos de trabalho, pejotização para mascarar relação de trabalho nos moldes da CLT, aumento da informalidade, com trabalhadores à deriva no que diz respeito a direitos trabalhistas e previdenciários e insegurança jurídica.

9º CONGRESSO DA CNTSS/CUT ELEGE NOVA DIREÇÃO E APROVA PLANO DE LUTAS

O 9º Congresso da CNTSS-CUT foi realizado em junho, com o tema “Os desafios da Seguridade Social frente aos avanços da extrema-direita no Brasil e no mundo”, para discutir conjuntura e consolidar estratégias em defesa dos trabalhadores, políticas públicas e da Seguridade Social. Participaram delegadas e delegados eleitos por suas entidades filiadas - Sindicatos e Federações de todo o Brasil. Na pauta, além de conjuntura, debateu-se financiamento sindical, balanço organizativo do atual mandato (2021 a 2025), Plano de Lutas e suas prioridades. O Congresso também elegeu a nova Direção e Conselho Fiscal para o mandato de 2025 a 2029.

A atual presidenta Maria Júlia Reis Nogueira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Estado do Maranhão (SINTSPREV MA), foi reconduzida à presidência. Para vice-presidenta, foi eleita a atual secretária de Formação, Miriam Oliveira de Andrade, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Pará (SINDSAUDE/PA).

A presidenta reeleita, Maria Júlia Reis Nogueira, destacou os avanços conquistados no último período a partir da luta de todos na defesa dos direitos dos trabalhadores, das políticas públicas e da democracia e conclamou pela unidade e organização dos trabalhadores da Seguridade Social, dos setores da Saúde, Previdência e Assistência Social.



Encontro de Mulheres - O 9º Congresso da CNTSS/CUT teve parte do primeiro dia dedicado ao 5º Encontro Nacional de Mulheres da Seguridade Social da CNTSS/CUT, com o tema “As mulheres da Seguridade Social na luta pela valorização salarial e o fim da violência na sociedade e no trabalho”.

O restante da Programação - O Congresso seguiu com a Abertura oficial e as mesas previstas, com participação de diversos especialistas e lideranças sindicais, como Maria Helena Machado professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Victor Pagani, diretor de Relações Sindicais do DIEESE; Cristina Pereira dos Santos, coordenadora da Assessoria de Participação Social do Ministério da Saúde, representando o Ministro Alexandre Padilha; Valtuir Soares Silveira, sócio-diretor da VSS Assessoria Contábil e Gestão; Juvandia Moreira, vice-presidenta da CUT Nacional, Fernanda Magano, presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Mônica Valente, secretária de Relações Internacionais do PT e Eliane Cruz, chefe de Gabinete do Ministério da Saúde; Renato Zulato, secretário-Geral Nacional da CUT; além das entidades internacionais parceiras, como Uni Global e ISP e dirigentes da CNTSS, envolvidos na organização do evento.

Fonte: CNTSS/CUT

Saiba mais na Entrevista da Presidenta da CNTSS na próxima página ↓

ENTREVISTA COM MARIA JÚLIA REIS, PRESIDENTA DA CNTSS/CUT*

“Teremos lutas imensas para travar”

1 – O que tu destacarias na programação do 9º Congresso da CNTSS/CUT?

Júlia - O mais importante foi o aprofundamento de nossas reflexões na busca por estratégias de luta para o próximo quadriênio, além da escolha da nova Direção e Conselho Fiscal da CNTSS. Isso só foi possível pelo debate da macropolítica e sua relação com os temas próprios da seguridade social e do trabalho.

Importante destacar que o Congresso teve uma agenda prévia de discussões, a partir da realização dos Encontros Nacionais Setoriais. Optamos por definir prioridades por setor, referendadas pelas plenárias. Assim, os setores chegaram ao 9º Congresso com um acúmulo rico de discussões.

2 - Quais pautas prioritárias foram definidas para o próximo período?

Júlia - Cada setor definiu ações prioritárias, vou destacar algumas.

No Setor dos Federais - combater a Reforma Administrativa; lutar pelo fortalecimento e o efetivo funcionamento de todas as Mesas Setoriais; lutar pela implementação da per capita da saúde em 50% pelos(as) trabalhadores(as) e 50% pelo governo...

No Setor da Assistência Social - lutar pela valorização dos(as) trabalhadores(as) do SUAS, com a aprovação do PL nº 5.874/2023, que trata do piso salarial da categoria; instituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS; implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários; políticas de saúde do(a) trabalhador(a) do SUAS; políticas de educação permanente; realização de concurso público; combate à precarização por meio de contratos temporários, organizações sociais e terceirização; defesa das condições técnicas e éticas de trabalho no SUAS; articular a luta em defesa do orçamento público permanente, com repasses regulares, obrigatórios e automáticos para o SUAS...

No Setor de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias - lutar pela aposentadoria especial, pelos direitos previdenciários e pelo reconhecimento da insalubridade em grau máximo; defender a aprovação imediata da PEC nº 18/2022, para assegurar vencimento básico não inferior a três salários mínimos aos Agentes com formação em curso técnico; defender, de forma intransigente, o ingresso dos(as) ACSs e ACEs exclusivamente por meio de concurso público...

No Setor de Saúde Pública - lutar em defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do(a) Trabalhador(a); pela regulamentação das Convenções da OIT de nº 155, nº 151 e nº 190; lutar

pela redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1 para todos(as) os(as) trabalhadores(as) da saúde; lutar pelo fortalecimento da Mesa

Nacional de Negociação Permanente e seus desdobramentos, com a implementação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários em todos os municípios; lutar pela garantia de concursos públicos nas três esferas; defender o concurso público como forma de contratação no SUS e de combater a precarização...

No Setor de Saúde Privada e Categorias - defender que os(as) Cuidadores(as) sejam representados(as) pelos Sindicatos da Saúde e lutar pela regulamentação da sua profissão em clínicas de saúde; debater o financiamento da saúde; lutar contra as práticas antisindicais e pela implementação das Convenções da OIT, em especial a nº 190, que trata do assédio moral no trabalho e da questão de gênero...

3 - O congresso definiu estratégias contra retrocessos na Previdência e na Saúde Pública?

Temos dialogado com sindicatos e federações para que mantenham a categoria mobilizada e intensifiquem o diálogo com a sociedade. No campo da saúde pública, a Confederação denuncia incansavelmente a terceirização, o desfinanciamento e a entrada do capital internacional nas estruturas do SUS.

Há preocupação também com a situação da Previdência Social. Denunciamos os ataques desferidos ao sistema com as aprovações das contrarreformas Trabalhista e da Previdência, pois a retirada do trabalhador do mercado formal causa um reflexo extremamente perverso no financiamento do sistema público de previdência. Denunciamos a sanha do capital nacional e internacional, pois a intenção do governo anterior era direcionar o sistema para a iniciativa privada.

Nossos sindicatos do setor federal estão dialogando, nos fóruns e espaços de Controle Social, com o governo, para defender os trabalhadores do INSS e dos Ministérios do Trabalho e da Saúde. A Confederação vem reiterando sua denúncia sobre as condições precárias das Agências da Previdência Social (APSs) e das condições e relações de trabalho no Instituto, assim como cobra a realização de concursos públicos para recompor o atual quadro defasado de pessoal.

São lutas imensas que teremos de travar para garantir que a Previdência e a Saúde se mantenham públicas, com financiamento adequado e permanente, e com capacidade de manter e ampliar suas políticas.



PEC 66/2023 - A PEC DO CALOTE DOS PRECATÓRIOS É APROVADA NO CONGRESSO

O Congresso Nacional promulgou, no último 09 de setembro, a Emenda Constitucional (EC) nº 136, originada na PEC 66/2023, de autoria do Senador Jader Barbalho (MDB). A Emenda altera regras para o pagamento de precatórios – dívidas a serem pagas pela administração pública por conta de decisões judiciais.

Ela altera a Constituição Federal, retirando os precatórios federais do limite de despesas primárias do Executivo a partir de 2026; limitando o pagamento dessas dívidas por parte de estados e municípios; e refinanciando dívidas previdenciárias desses entes.

Em síntese, a Emenda estabelece:

- Novas Regras para pagamentos de precatórios por estados, municípios e DF, limitando o pagamento de precatórios de acordo com o estoque em atraso:
 - Se o valor em atraso for de até 15% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior, o pagamento anual será de 1% dessa receita.
 - Se o estoque ultrapassar 85% da RCL, o limite de gastos subirá gradualmente até 5%.
- Parcelamento de dívidas previdenciárias: a emenda reabre o prazo para que estados, municípios e o Distrito Federal parem dívidas com os regimes próprios de Previdência Social. O parcelamento será em até 300 prestações, para débitos vencidos até 31 de agosto de 2025.

O Congresso -com maioria de inimigos do povo- chama isso de responsabilidade fiscal. A classe trabalhadora, especialmente os servidores públicos, podem e devem chamar de Calote, porque tem como finalidade confiscar o pagamento de aposentados e pensionistas, além de dar calote nos precatórios.

Na prática, a Emenda autoriza que estados e municípios deixem de quitar seus débitos judiciais e os municípios a desvinculem os pisos constitucionais nas áreas da saúde e da educação, diminuindo o investimento nas áreas. Aposentados, pensionistas e servidores públicos terão uma carga financeira muito maior. Prevê ainda que estados e municípios adotem regras previdenciárias bem mais rígidas do que as previstas na Reforma da Previdência.

Atualmente, estados e municípios tem o seu próprio modelo de RPPS. Porém, alguns deles não entraram nas mudanças do Regime Geral de Previdência Social, o RGPS, quando a última Reforma da Previdência foi aprovada. Com a Emenda, eles terão que criar as suas próprias regras, semelhantes às da União, por exemplo, em relação as idades mínimas para se aposentar e os cálculos dos benefícios.

A verdade é que a medida não resolve o problema fiscal, apenas adia indefinidamente o pagamento de dívidas legítimas, dando um calote nos precatórios.

OAB já afirmava que PEC 66 fere a Constituição e compromete a autoridade do Judiciário, portanto é inconstitucional

Os advogados Egon Bockmann Moreira e Rodrigo Kanayama, a pedido da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB, elaboraram parecer jurídico apontando as inconstitucionalidades da então PEC 66/2023 e concluíram que a proposição afrontava cláusulas pétreas da Constituição, como os direitos à coisa julgada, à propriedade e à separação de Poderes.

“A PEC nº 66/2023 viola direitos fundamentais dos credores atuais e das futuras gerações, que herdarão um passivo crescente e sem horizonte de quitação. Trata-se de um ciclo vicioso em que o Estado brasileiro, financiado por tributos pagos de forma compulsória, transfere para o futuro o custo de decisões judiciais já consolidadas, em flagrante desrespeito ao equilíbrio intertemporal das contas públicas”, afirmam.

Eles apontam sérias consequências fiscais, como:

- A PEC (agora EC) torna a dívida dos precatórios impagável. Ela estabelece um teto de pagamento de precatórios que parte de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) e chega a 5% apenas quando o estoque de dívidas judiciais ultrapassa 80% da RCL. Simulações mostram, por exemplo, que o Estado do Paraná, com R\$ 8,6 bilhões em precatórios em 2025 (13,6% da RCL), teria redução no valor anual desembolsado, de R\$ 1,48 bilhão para R\$ 944 milhões, com projeções que indicam crescimento da dívida para mais de R\$ 60 bilhões até 2080.

- A decisão de atualizar valores devidos com base no IPCA acrescido de 2% ao ano em juros simples — ou pela Selic, o que for menor, contraria jurisprudência do STF que assegura a isonomia entre credores públicos e privados.

O presidente em exercício do Conselho Federal da OAB, Felipe Sarmento, diz que **a medida “não enfrenta o problema do endividamento público — ela o perpetua, ao institucionalizar a inadimplência da União, dos estados e dos municípios, transformando decisões judiciais definitivas em promessas descumpridas”**. Por isso, o parecer sugere uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. O caminho agora é a Justiça.

Fonte: Site CUT Brasil; Site OAB Nacional; Portal da Câmara dos Deputados; Portal do Senado Federal



Os inimigos do povo comemoram em sessão do dia 09/09/2025, que promulgou a Emenda



INFORME

JURÍDICO

ASSÉDIO JURÍDICO AOS SINDICALIZADOS ENTENDA PORQUE VOCÊ SERÁ PREJUDICADO

Assessoria Jurídica e Diretores do Sintsprev-MA se reuniram para discutir o assédio jurídico que os servidores sindicalizados vem sofrendo por parte de outros “profissionais”.

O caso mais emblemático tem sido um processo contra o INSS. Após mais de 30 anos de trabalho jurídico feito por uma equipe de advogados, alguns sindicalizados (trabalhadores representados) estão sendo procurados por novos advogados com promessas de receber dinheiro mais rápido.

Esses novos advogados estão tentando convencer as pessoas a assinar novas procurações, ou seja, trocar de advogado na reta final do processo - justamente no momento em que os valores estão prestes a ser pagos e todo o trabalho já foi feito.

Eles dizem que podem “agilizar” os pagamentos, o que não é verdade e ainda pode prejudicar os próprios trabalhadores e a equipe que trabalhou todo esse tempo no processo.

O sindicato está trocando de advogados?

Não. O sindicato não está promovendo essa mudança. O problema está em ações isoladas, feitas por advogados externos, que estão tentando “captar” clientes diretamente entre os sindicalizados, para ficar com parte dos honorários já reconhecidos judicialmente para outros profissionais.

Por que trocar de advogado é um problema?

1. Trabalho já foi feito: Os advogados que atuam no processo há décadas são os verdadeiros responsáveis pelas conquistas já obtidas. Eles estão no caso desde o começo e conseguiram o reconhecimento do direito na Justiça.

2. Compromisso contratual já existe: Os sindicalizados assinaram contratos se comprometendo a pagar honorários advocatícios de 12% sobre os valores recebidos. Esses contratos foram firmados livremente, com base em confiança construída ao longo de anos de trabalho. Tentar redirecionar esse pagamento agora seria uma quebra de compromisso, injusta com quem realmente trabalhou no processo e você pagará mais.

3. Conduta antiética: Abordar pessoas com falsas promessas, criando confusão e prejudicando a defesa coletiva, é uma forma de assédio jurídico. Pode configurar abuso e, se necessário, os responsáveis podem ser obrigados a indenizar os verdadeiros advogados pelo prejuízo causado.

O que pode acontecer com os servidores que contratam dois advogados ou revogam a procuração sem justa causa?

Certamente, eles serão cobrados em mais que o dobro, afinal, os honorários já contratados são devidos, independentemente da revogação, e qualquer valor que novos advogados cobrem, vai onerar o valor do crédito em até 40%. **Ao revogar a procuração, o servidor acaba sendo obrigado a pagar honorários para os dois advogados — tanto para quem trabalhou no processo durante todos esses anos quanto para o novo, que pouco ou nada contribuiu.**

Além disso, essa revogação injustificada pode ser considerada um ato ilícito, já que rompe com um contrato de confiança e prejudica o profissional que cumpriu integralmente sua parte. Em muitos casos, os tribunais entendem que isso configura abuso de direito, e o servidor pode acabar arcando com consequências jurídicas e financeiras.

Conclusão: Cuidado com promessas fáceis

Se você é um dos sindicalizados beneficiados pelo processo, **fique atento: trocar de advogado agora não vai acelerar o pagamento e pode prejudicar você e toda a categoria.** Confie na equipe que lutou por você durante décadas. O momento é de união (não de dividir forças) e de respeito com quem sempre esteve ao seu lado.

continua

INFORME**JURÍDICO**ESCRITÓRIO MACIEIRA,
NUNES E ZAGALLO/**COMUNICADO/AÇÃO GDASS - INSS****Se seu nome está na lista ao lado, procure o Sintsprev-Ma** ▶

O Sintsprev-Ma solicita que os servidores do INSS, relacionados no quadro ao lado, nos procure e traga sua documentação referente à Ação GDASS (caso já movimente esse processo pela ANASP desconsidere este comunicado).

✓ Documentos necessários para servidores aposentados:

- ✓ Procuração, contrato de honorários, declaração de pobreza (fornecidos pelo sindicato).
- ✓ Documento de identidade e comprovante de residência;
- ✓ Portaria de aposentadoria;
- ✓ Fichas financeiras de 2004 a 2009;

✓ Documentos necessários para pensionistas:

- ✓ Procuração, contrato de honorários, declaração de pobreza (fornecidos pelo sindicato).
- ✓ Documento de identidade e comprovante de residência;
- ✓ Portaria de instituição da pensão;
- ✓ Fichas financeiras do servidor falecido (instituidor) de 2004 a 2009;
- ✓ Fichas financeiras do pensionista de 2004 a 2009;

✓ Documentos necessários para servidores e pensionistas falecidos:**Cada herdeiro deve apresentar:**

- ✓ Procuração, contrato de honorários, declaração de pobreza (fornecidos pelo sindicato).
- ✓ Documento de identidade e comprovante de residência próprios;
- ✓ Portaria de aposentadoria/de pensão;
- ✓ Fichas financeiras do servidor falecido (instituidor) de 2004 a 2009;
- ✓ Fichas financeiras do pensionista de 2004 a 2009;
- ✓ Certidão de casamento ou declaração/comprovante de união estável;
- ✓ Certidão de Óbito;
- ✓ RG e CPF do servidor falecido;
- ✓ Declaração de dependentes junto ao órgão;
- ✓ Declaração de únicos herdeiros;
- ✓ Declaração de inexistência de inventário (perante a Justiça Estadual);
- ✓ Declaração de inexistência de bens a inventar;
- ✓ Comprovante de situação cadastral na receita Federal constando "TÍTULAR FALECIDO";
- ✓ Documento com conta bancária de cada herdeiro;

1. ALOSMAR TEOFILO MAGALHAES COSTA
2. ANTONIO JOSE RAMOS DOS SANTOS
3. ARACY BARBOSA DE SOUSA
4. AUGUSTO FERNANDO RODRIGUES SOARES
5. BENEDITA DA LUZ LEMOS
6. BENEDITO PRAZERES LEMOS
7. BERENICE DE SOUSA ALMEIDA
8. CELIA MARIA DOS SANTOS FARIA
9. CONCEIÇÃO DE MARIA ASSUNÇÃO ARAUJO
10. CONCEIÇÃO DE MARIA R. DE CARVALHO
11. DELZUITA ARAUJO SILVA COSTA
12. EDUARDO DA SILVA SANTOS
13. GILBERTO DE JESUS MATOS
14. HIRAM ABIF SEABRA TAVARES
15. JAIME DOS SANTOS
16. JANETE DE OLIVEIRA RICCI
17. JOSÉ BENEDITO SERPA SOARES
18. JOSE RAIMUNDO FRANÇA PEREIRA
19. JOSE RIBAMAR DE ARAUJO PORTELA
20. JOSE RIBAMAR MADEIRA
21. JOSE RICARDO BARBOSA DA SILVA
22. LEOIZA LOBAO NOGUEIRA
23. LILIA DE JESUS ABREU PEREIRA MARTINS
24. LOURDES CAMARGO REIS
25. LYS SAMPAIO FERREIRA DE CASTRO
26. MANOEL FERNANDES DE SOUSA
27. MARIA CREUZA MORAES OLIVEIRA FERREIRA
28. MARIA DA PURIFICAÇÃO PEREIRA GONZAGA
29. MARIA DA SALETE CONCEIÇÃO MARTINS
30. MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA
31. MARIA DAS GRAÇAS COELHO LIMA
32. MARIA DAS GRAÇAS FURTADO COUTO
33. MARIA DAS VIRGÊNS PEREIRA NOGUEIRA
34. MARIA DE LOURDES CABRAL M. FERRAZ
35. MARIA DO CARMO TEIXEIRA
36. MARIA DO ESPIRITO SANTOS CUTRIM RAMOS
37. MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DE SOUSA
38. MARIA DO SOCORRO SANTOS TEIXEIRA
39. MARIA DO SOCORRO VALE TAVARES
40. MARIA DORALICE DE GOES GONÇALVES
41. MARIA DOS REMEDIOS MONTEIRO MENDES
42. MARIA EUNICE VIEIRA DA SILVA
43. MARIA ISaura DOS SANTOS
44. MARIA IZABEL CORREA PEIXOTO
45. MARIA JOSÉ DE ANDRADE SILVA
46. MARIA JOSE DOS SANTOS RIBEIRO
47. MARIA JOSE MACHADO FEITOSA
48. MARIA MASCARENHAS BARROS
49. MARIA MITTES CARNEIRO
50. MARIA PEDRO CARVALHO SEABRA
51. MARILOURDES CARVALHO BESERRA
52. MARISA GONÇALVES SEBASTIAO
53. MARLENE SILVA FARIA
54. MIRIAM MARTINS CUTRIM
55. MITZE FRANCO DE SA
56. RAIMUNDA DE JESUS LIMA RIBEIRO
57. REMI ABREU TRINTA
58. RONALD DE ASSIS COELHO
59. ROSA MACIEL DA SILVA
60. ROSA MARIA ROCHA VARELA
61. ROSELINE ROCHA SANTOS
62. ROSELYNE CASTRO DESTERRO E SILVA
63. SANDRA RAMIRA MACHADO E SILVA
64. SEBASTIAO RODRIGUES E SILVA FILHO
65. STELA VILANY LIMA DA SILVA
66. MARIA DO PERPETUO SOCORRO LAGO
67. STELIO DO ESPIRITO SANTO GAMA
68. TEREZITA VERAS DOS SANTOS
69. TIAGO CARDOSO
70. VALDECI CARVALHO LIMA
71. WALACY DOS SANTOS LIMA

continua
INFORME**JURÍDICO**
ESCRITÓRIO FABIANO
DUARTE ZANELLA

SOBRE AÇÕES DO PCCS

• PROCESSO PCCS Ministério da Saúde

PREZADOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE,

Já estamos com diversas ações individualizadas do PCCS do Ex Inamps (em nome de cada servidor). Por solicitação de alguns juizes, solicitamos que os servidores procurem o sindicato para verificação de pendência de documentos, especialmente eventual declaração de não recebimento por outro processo, além de fornecimento de contracheques para viabilizar o cálculo do débito.

O objetivo é cumprir as exigências da justiça do trabalho, dando mais celeridade ao processo.

• PROCESSO PCCS INSS

PREZADOS SERVIDORES DO INSS,

Os processos individualizados já estão bem adiantados, alguns em fase de expedição de precatório ou RPV. Para dar maior celeridade, procure o sindicato para atualização cadastral com fornecimento dos dados necessários para expedição de precatório.

Alguns processos estavam suspensos pelo TRT/16, mas já houve julgamento de tal incidente, prosseguindo para julgamento dos recursos de Agravo que estavam pendentes. Para tais casos, a previsão é de 90 dias para julgamento.

REITERAMOS QUE NÃO HÁ PEDIDO DE PAGAMENTO DE VALORES, TAXAS OU QUALQUER QUANTIA PARA VIABILIZAÇÃO DO PROCESSO OU PAGAMENTO.

FIQUEM ATENTOS AOS GOLPES.

Na dúvida, procurem o Sindicato ou Dr. Fabiano Zanella.

ATENDIMENTO JURÍDICO COM O ADVOGADO FABIANO ZANELLA

Informamos que o Dr. Fabiano Zanella está realizando atendimento jurídico para tratar exclusivamente sobre o PCCS do Ministério da Saúde e PCCS do INSS, desde o dia 29 de julho.

O atendimento é realizado às **terças-feiras**, de 9 às 12 horas, por **videoconferência**, mas precisa de **agendamento antecipado**, ou seja, **se você quer conversar com Dr. Fabiano sobre as ações do PCCS**, deve agendar seu atendimento através dos números do Sintsprev-MA:

(98) 3232 - 1937 - telefone fixo ou

(98) 98889 0006 - celular/watsapp

**SINTSPREV-MA**

Rua Silva Jardim, nº 513 - Centro
São Luís-Maranhão

Tel: (98) 3232 1937 | Cel: (98) (98) 98889 0006
Email: sintsprevma@veloxmail.com.br

GESTÃO 2022/2026
UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

SEC. DE ORGANIZAÇÃO

Euzamar Alves Rêgo
Grenilda de Jesus Silva Saraiva
Neuza Cristina Oliveira Froz

SEC. DE FORM. E POL. SINDICAL

José Ribamar Carvalho Novaes
Maria Julia Reis Nogueira
Maria Mirian Penha Leal

SEC. DE COMUNICAÇÃO

Eliete Socorro Matos Ribeiro
Gina Milse da Silva Sampaio
Maria Raimunda Sobrinho Rudacoff

SEC. DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Luís Nascimento Pereira
Rosemary Santos Durans
Wagner Machado Spindola Brandão

SEC. DE SEGURIDADE SOCIAL

Luzia Cardoso Ferreira
Maria Odete Araújo Campos
Mary Junia Barros Pereira

SEC. DE POL. SOCIAIS E CULTURA

Antônio Luís Andrade Soares
Joel Silva Costa

Maria das Graças Correia Câmara

SEC. DE ADM. E FINANÇAS

Lucy Mary Martins Silva
Margaridade Jesus Santos da Costa
Wilmar Lopes Ferreira

SEC. DE APOSENTADOS

Adelaide Regina C. Perdigão Vaz
Clenir Matos Viana
Maria da Conceição Araújo Gomes

SEC. DA JUVENTUDE

Genivaldo Cunha da Rocha
KésiaCristyne Silva Santana
Sílvia Cristina Sá Lessa

SUPLENTE DA DIRETORIA

Aldecy Moraes Ribeiro
Francisco José Caldas Carvalho
Cacilda Cunha Castro
Laudineia Santos do Nascimento
José de Ribamar Lopes Ferreira
Maria da Graças Souza de Lima
Sílvia Cristina Lopes Ferreira

CONSELHO FISCAL

Jucileide de Jesus Ferreira Oliveira
Maria das Dours Barros
Maria Vitória Silva Andrade

SUPLENTE DO CONS. FISCAL

Gercina Dalva G. de Sá Menezes
Marco Aurélio Barros Araújo

**informa**

Redação, Revisão e Edição:
Elziene Lobato e Aracéa Carvalho
Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica:
Aracéa Carvalho